

DM Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 37.555.231/0001-71

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Clientes e Parceiros: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da DM Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovadas em 23 de março de 2026. **Sobre a Companhia:** A Companhia foi constituída em 7 de agosto de 2019 e teve a aprovação de seu registro em 29 de junho de 2020. Seu objeto social inclui promover operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros cuja única origem seja capital próprio; emitir moeda eletrônica e gerir contas de pagamento pré-pagas; prestar serviços de análise de crédito

e cobrança; participar no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras; e atuar como representante de serviços relacionados aos empréstimos. **Política de distribuição de dividendos:** É assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado em cada exercício, ou a dispensa dos dividendos com a anuência de todos os acionistas em Assembleia. **Eventos significativos:** A DM Instituição de Pagamento S.A. manifestou interesse na aquisição do controle societário da "Companhia" por meio da compra e venda de ações representativas do capital social. Como parte do processo regulatório necessário para a concretização da operação, a transação foi submetida à análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que, em maio de 2025, aprovou a operação sem restrições sob a ótica concorrencial. A efetivação da alteração de controle, contudo, ainda está condicionada à

homologação pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme exigido pela regulamentação aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. **Responsabilidade socioambiental:** Nosso propósito é valorizar as pessoas para que cada uma construa sua própria história, simplificando e democratizando o acesso aos serviços financeiros para milhões de pessoas de forma inclusiva, transparente e com o pensamento digital visando a felicidade e compartilhando com as partes interessadas. O Grupo DM entende que, atuar com responsabilidade social é agir de maneira ética e transparente em todas as suas operações, valorizar e garantir a integração das dimensões social e ambiental e assumir o compromisso com a responsabilidade socioambiental, na região de sua atuação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, colaborando para o crescimento econômico consciente, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas

práticas na gestão social, através de seus negócios e contribui para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando que os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. **Agradecimentos gerais:** Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços. São José dos Campos, 23 de março de 2026. A Administração.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma for mencionada)

Balancos Patrimoniais		Demonstração do Resultado		Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	
Ativo	Nota	2025	Nota	2025	Total do
Circulante		757		130	Patrimônio
Disponibilidades	3	757	Receitas de intermediação financeira	65	Capital Social
Instrumentos financeiros		653	Operações de crédito	9	Prejuízos Acumulados
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	61	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	64	Saldos em 31/12/2024
Títulos e valores mobiliários	4.i	591	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9	Prejuízo líquido do exercício
Operações de crédito	4.ii	1	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	64	Saldos em 31/12/2025
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		1	Despesas administrativas	10	Saldos em 30/06/2025
Operações de crédito	4.ii	1	Despesas tributárias	10	Prejuízo líquido do semestre
Outros créditos		103	Despesas operacionais	10	Saldos em 31/12/2025
Rendas a receber		10	Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	(37)	
Impostos e contribuições a compensar e a recuperar	5	93	Tributos sobre o lucro	(37)	
Não Circulante		277	Imposto de renda	11	
Instrumentos financeiros		277	Contribuição social	11	
Títulos e valores mobiliários	4.i	277	Prejuízo líquido do semestre e exercício	(37)	
Total do ativo		1.034	Prejuízo líquido por ação - R\$	(0,01)	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. Contexto Operacional – A DM Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição", "Companhia"), com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquários – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870, foi constituída em agosto de 2019. Seu objeto social inclui a realização de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, utilizando recursos financeiros cuja única origem seja capital próprio; a emissão de moeda eletrônica e a gestão de contas de pagamento pré-pagas; a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras; e a atuação como representante de seguros relacionados aos empréstimos. A autorização para a operação da Sociedade de Crédito Direto foi concedida pelo Banco Central em fevereiro de 2020, e a liberação do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e o registro junto à JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) ocorreram em 29 de junho de 2020. **2. Políticas e Práticas Contábeis – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade, base de elaboração e aprovação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas disposições da Lei nº 6.404/1976, que regula as Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09. Estas foram elaboradas em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), se adotadas e homologadas pelo BACEN, conforme consubstanciando no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A Companhia adotou o disposto na Resolução CMN nº 4.818/20, complementada pela Resolução BCB nº 02/20. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável por avaliar a capacidade da Companhia de continuar operando e, quando aplicável, divulgar os assuntos relacionados à sua continuidade operacional, exceto no caso em que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha alternativas realistas para evitar o encerramento das operações. A Companhia adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada pela Diretoria em 23 de março de 2026. **2.2. Normas, alterações e interpretações aplicáveis no período corrente ou futuro: 2.2.1. Normas emitidas, vigentes e a partir do exercício corrente:** A Companhia adotou as normas e instruções que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição: Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A regulamentação segue alinhamento contábil com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos. Resolução CMN nº 5.199 de 23 de dezembro de 2024 – Altera a Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência – PR e a Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017, que dispõe sobre a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado – PRS. Avaliamos e não identificamos impactos. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022 – Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 – introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se: • Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Companhia e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de "SPPI"); • As receitas e os encargos atrelados diretamente a origemação/ emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas; • Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito"; • A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência; • Novos critérios para mensuração de operações negociadas e reestruturadas; • Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Companhia não tem mais expectativa de recuperação; e • Instruções Normativas BCB nº 493 a 543 de 2024 – Os eventos dos rotérios contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF's divulgadas por tais instruções. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de Lucros ou Prejuízos acumulados. Os impactos foram imateriais. Em 01 de janeiro de 2025, não houve outros impactos na adoção da resolução 4.966, incluindo impactos decorrentes da alteração de categoria dos instrumentos financeiros. **2.2.2. Normas emitidas, não vigentes:** A Resolução BCB nº 352/23, que trata de critérios contábeis para instrumentos financeiros, teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, com a implementação de determinados procedimentos de contabilização, que incluem a classificação dos ativos financeiros em três categorias (custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado). A implementação total das disposições da resolução, incluindo a contabilidade de hedge, com a designação e o reconhecimento de relações de proteção, está prevista para 1º de janeiro de 2027, conforme o artigo 1º da resolução, que define que a aplicação da Resolução BCB nº 352, de 2023, se dará em duas etapas. **2.3. Principais práticas e políticas contábeis: 2.3.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.3.2. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e des-

pesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. **2.3.3. Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor:** São utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo ou para assegurar o uso futuro final, a possibilidade do resgate total, a qualquer tempo, dos saldos existentes em contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica. Conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, adotado pelo BACEN, entende-se como equivalente de caixa aplicações financeiras de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias (três meses) a contar da data da aquisição. **2.3.7. Instrumentos financeiros: i. Ativos e passivos financeiros:** São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais classificados e mensurados nas categorias: **Custo Amortizado (CA):** geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é de receber ou pagar os respectivos fluxos de caixa contratuais, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas; **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VORA):** geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno pelo recebimento ou dos fluxos de caixa contratuais ou venda do ativo com transferência substancial de riscos e benefícios, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas. Os ganhos ou perdas classificadas nessa categoria são registrados no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, subgrupo de outros resultados abrangentes (ajustes de avaliação patrimonial); e **Valor Justo no Resultado (VJR):** geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno pelo recebimento ou dos fluxos de caixa contratuais ou venda do ativo com transferência substancial de riscos e benefícios, sendo o fluxo de caixa futuro contratualmente constituído apenas de pagamento de principal e juros sobre o principal nas datas especificadas. A classificação na categoria de CA ou VORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – "Teste SPPI"). Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; • como os gestores do negócio são remunerados; e • o desempenho do negócio dentro de modelo de negócios. A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPI a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros sobre o principal ou se os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao "Valor Justo por meio do Resultado". A Companhia não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários: São representados por títulos negociáveis no mercado financeiro, emitidos por entidades públicas ou privadas. São exemplos as aplicações em títulos de renda fixa, renda variável e cotas de fundo de investimento. b) Operações de crédito: São direitos contratuais realizados entre duas partes (credor e devedor) que celebram transações na qual o credor coloca à disposição do devedor (com ou sem destinação específica, a depender da modalidade da operação) recursos financeiros que serão devolvidos em um prazo determinado acrescido de juros e taxas. As principais modalidades de operações de crédito são: **Empréstimos:** são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. Na oferta, contratação ou prestação de serviços de operações de crédito, a Companhia observa a Resolução CMN nº 5.004 de 24 de março de 2022. A Companhia apresenta saldos de direitos creditórios, mensurados ao custo amortizado, apurados com base na metodologia da taxa efetiva de juros (TEJ) de acordo com o teste SPPI. **Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros:** Com base na Resolução CMN nº 4.924/21 e CPC 46 Mensuração do valor justo (aprovado e homologado pelo BACEN) o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber: **Custo Amortizado (CA):** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas da intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas da intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato. **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VORA):** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumuladas na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros. **Valor Justo no Resultado (VJR):** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os

Demonstração do Resultado Abrangente		2º Semes- tre 2025	Exercício 2025
	Nota	65	130
Prejuízo líquido do semestre e exercício		(37)	(229)
Outros resultados abrangentes do período, segregados em:			
a) itens que poderão ser reclassificados para o resultado		-	-
b) itens que não poderão ser reclassificados p/ o resultado		-	-
Resultado abrangente do semestre e exercício		(37)	(229)

respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado. Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, são classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação. **Taxa Efetiva de Juros (TEJ):** é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro, esta inclui os custos de transação identificados como elegíveis e atreladas a origemação das operações. Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo: **Nível 1:** A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **Nível 2:** A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos. **Nível 3:** A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes. O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das condições de mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a determinação do valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças no estado das

... continuação

DM Sociedade de Crédito Direto S.A.

a) Composição por tipo de operação de crédito

	31/12/2025			Categoria
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimo Pessoal	1	-	1	CA
Total Carteira Bruta	1	-	1	
(-) PPEARC	-	-	-	
Total Carteira Líquida	1	-	1	

b) Composição das operações por carteira e faixa de vencimento

	31/12/2025		Categoria
	C5	% sobre total	
Ativos Não Problemáticos	1	100,00%	
De zero a 14 dias de atraso	1	100,00%	
Total	1	100,00%	

c) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025		(-) Perda Incorrida	(-) Provisão Adicional	(-) Perda Esperada	(-) Total PPEARC
	Ativos Não Problemáticos	Créditos a vencer				
Carteira - C5	1	-	-	-	-	-

d) Movimentação das Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Saldo em 31.12.2024

Ajuste de prática contábil/adoção inicial Res. CMN nº 4.966

Constituição de provisão líquida de reversão

Transferências para prejuízo

Saldo em 31.12.2025

5. Outros créditos - Em outros créditos estão classificados principalmente os tributos a compensar, referentes a créditos de PIS e COFINS e IRPJ a Compensar no valor de R\$ 93, que ainda não foram compensados, e rendas a receber, no valor de R\$ 10. O saldo total de outros créditos é de R\$ 103. **6. Outras Obrigações** - A composição de outras obrigações esta demonstrada abaixo:

	31/12/2025
Fornecedores	11
Fiscais e previdenciárias	12
Total	23

7. Passivos Contingentes - A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo matérias de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, não há processos classificados como de perda possível na esfera cível. A Companhia não possui depósitos judiciais relacionados a processos judiciais. Ademais, não foram identificados processos trabalhistas ou fiscais classificados como de perda provável. As ações cíveis avaliadas como de perda possível totalizam R\$ 43. **8. Patrimônio Líquido** - a) Capital social: O capital social da Companhia é de R\$ 2.735, representado por 2.734.655 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas, integralizadas e distribuídas entre os acionistas, conforme apresentado abaixo:

Composição em 31.12.2025		
Acionista	% de Participação Qtde. de Ações	Valor
Denis César Correia	0,0001%	2
DMCore Holding Financeira S.A.	99,9999%	2.734.653
	100,0000%	2.734.655

b) Reserva de lucros - Legal: A reserva legal é constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado, ou a 30% acrescido das reservas de capital nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. c) Dividendos e juros sobre capital próprio: É assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, auferidos no encerramento de cada exercício, ou, a dispensa dos dividendos com anuência de todos os acionistas em Assembleia. d) Lucros e prejuízos acumulados: O prejuízo acumulado da Companhia é de R\$ (1.713).

9. Receitas (despesas) de Intermediação Financeira

	31/12/2025	2º Semestre Exercício
Receitas de operações de crédito	1	2
Receita de juros e taxas com empréstimo pessoal	1	2
Resultado com títulos e valores mobiliários	64	128
Resultado de cotas de fundos de investimento	64	128
Total	65	130

10. Outras Receitas (despesas) Operacionais - As principais receitas e despesas operacionais da Companhia são demonstradas abaixo:

	31/12/2025	2º Semestre Exercício
Despesas Administrativas	(85)	(338)
Despesas com informática	(64)	(173)
Despesas com serviços técnicos especializados	(16)	(45)
Despesas financeiras	(3)	(65)
Outras despesas administrativas	(2)	(55)
Despesas Tributárias	(3)	(6)
Despesas com PIS/COFINS	(3)	(6)
Outras Despesas Operacionais	(14)	(15)
Total	(102)	(359)

11. Imposto de Renda e Contribuição Social - A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro real e realiza o pagamento mensal do imposto de renda e da contribuição social na ocorrência de lucro. O cálculo dos impostos está representado a seguir:

	31/12/2025	2º Semestre Exercício
Apuração de IRPJ e CSLL	(229)	(229)
Adições de despesas indedutíveis/(Exclusões) receitas não tributáveis	-	-
(-) Prejuízo Contábil	(229)	(229)
Alíquotas vigentes	25%	9%
(=) IR/CS Corrente apurado no resultado	-	-

12. Gestão de Riscos - (1) KPMG Auditores Independentes. A estrutura de gestão de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, **12.1. Estrutura e governança de gestão de riscos:** A Companhia possui e segue política de gestão de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartes. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes. A política de gestão de riscos da Companhia foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a empresa está sujeita, bem como suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **12.2. Gestão risco de crédito:** A Companhia possui direitos sujeitos a risco de crédito junto a clientes conforme demonstrados abaixo:

	31/12/2025	Nível de
	Nota	valor Justo
Operações de Crédito	4.ii	3
Total	1	3

Para o gerenciamento do risco de crédito, os seguintes critérios são utilizados na concessão de crédito: diversificação da carteira, seletividade de clientes e limites individuais de posição. Para monitorar e minimizar a inadimplência, são estabelecidos acompanhamentos do saldo devedor até a quitação do crédito. **12.3. Gestão de risco de liquidez:** É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema. O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:

	31/12/2025		Categoria
	Saldo em	Faixa de vencimento	
	Nota 31/12/2025	Sem Até Acima Ven- 90 de 90 cimento dias dias	
Ativos Financeiros:			
Aplicações interfinanceiras	3	61	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB	4.i	868	- 868
Operações de Crédito	4.ii	1	- 1
Total	930	- 61	869
Passivos Financeiros:			
Fornecedores	6	11	- 11
Obrigações fiscais e previdenciárias	6	1	- 1
Total	12	- 12	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava risco de liquidez. **12.4. Risco de mercado:** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, provenientes de variações ou flutuações de taxa de juros, índices e de câmbio. A Companhia monitora continuamente os riscos de mercado em que está exposta com o objetivo de mitigar eventuais riscos. A estrutura da Companhia prevê a mediação, monitoramento e controle das exposições aos riscos que age tempestivamente para mitigação de risco inerente. A Companhia possui direitos sujeitos a risco de mercado junto a instituições financeiras conforme demonstrados abaixo:

	31/12/2025	Nível de
	Nota 31/12/2025	valor Justo
Aplicação automática - CDB	3	61
Certificado de Depósito Bancário - CDB	4.i	868
Total	929	929

12.5. Risco de capital: A Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital, avaliar a necessidade de capital para fazer face os riscos a que está exposta e planejar metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos. **12.6. Risco operacional:** É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: fraudes internas; fraudes externas; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia; situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia ou a descontinuidade dos serviços prestados; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento

das atividades da Companhia, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento conforme a Resolução CMN nº 4.557/17. **12.7. Risco cibernético:** É avaliada a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos, incidente este relacionado ao ambiente cibernético, que: • Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou • Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. A Companhia possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.893/21. **12.8. Controles internos:** Os sistemas de controles internos devem ser contínuos e efetivos, abrangendo as atividades de controle para todos os níveis de negócios e para todos os riscos aos quais a instituição está exposta e tem como finalidade atingir os objetivos de: • Desempenho: relacionado à eficiência e à efetividade no uso dos recursos nas atividades desenvolvidas; • Informação: relacionado à divulgação voluntária ou obrigatória, interna ou externa, de informações financeiras, operacionais e gerenciais, que sejam úteis para o processo de tomada de decisão; e • Conformidade: relacionado ao cumprimento de disposições legais, regulamentares e previstas em políticas e códigos internos. A Companhia dispõe de atividade de auditoria interna, realizada por empresa terceirizada, que realiza a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e dos processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição. Atuam com independência, autonomia, imparcialidade, integridade e ética profissional. Os apontamentos identificados pela auditoria interna são tratados pela Companhia, buscando seguir as melhores práticas de mercado e manter controles adequados à estrutura da empresa. **13. Resultados Não Recorrentes** - Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não apresentou resultados não recorrentes. **14. Outras Informações** - A Dock Instituição de Pagamento S.A. manifestou interesse na aquisição do controle societário da Companhia, por meio da compra e venda de ações representativas de seu capital social. Como parte do trâmite regulatório necessário para a conclusão da operação, a transação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que aprovou a operação sem restrições, em maio de 2025, sob a ótica concorrencial. Entretanto, a efetivação da alteração de controle ainda depende de homologação pelo Banco Central do Brasil (BACEN), conforme previsto na regulamentação aplicável às instituições autorizadas a funcionar por aquela autarquia. Assim, embora já tenha sido aprovada pelo CADE, a operação permanece condicionada à aprovação final do BACEN. **15. Eventos Subsequentes** - Além disso, a Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2024 já aprovada aguardando sanção presidencial, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033. A Companhia vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralégais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.

16. Eventos Subsequentes - Além disso, a Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2024 já aprovada aguardando sanção presidencial, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033. A Companhia vem acompanhando as legislações já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralégais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.

17. Risco de fraude: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a fraudes, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas. A Companhia também possui um plano de contingência para lidar com possíveis impactos de fraude, incluindo a implementação de controles de backup e a adoção de medidas de recuperação de desastres. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

18. Risco de reputação: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de reputação, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

19. Risco de liquidez: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de liquidez, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

20. Risco de mercado: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de mercado, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

21. Risco operacional: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos operacionais, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

22. Risco de capital: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de capital, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

23. Risco de fraude: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a fraudes, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

24. Risco de reputação: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de reputação, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

25. Risco de liquidez: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de liquidez, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

26. Risco de mercado: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de mercado, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

27. Risco operacional: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos operacionais, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

28. Risco de capital: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de capital, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

29. Risco de fraude: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a fraudes, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

30. Risco de reputação: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de reputação, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

31. Risco de liquidez: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de liquidez, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

32. Risco de mercado: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de mercado, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

33. Risco operacional: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos operacionais, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

34. Risco de capital: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de capital, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

35. Risco de fraude: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a fraudes, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

36. Risco de reputação: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de reputação, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

37. Risco de liquidez: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de liquidez, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

38. Risco de mercado: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de mercado, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

39. Risco operacional: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos operacionais, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

40. Risco de capital: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de capital, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

41. Risco de fraude: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a fraudes, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

42. Risco de reputação: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de reputação, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

43. Risco de liquidez: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de liquidez, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

44. Risco de mercado: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de mercado, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

45. Risco operacional: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos operacionais, incluindo a implementação de controles internos robustos, a realização de auditorias regulares e a adoção de tecnologias de detecção de fraudes. A Companhia mantém uma cultura de integridade e ética, promovendo a transparência e a prestação de contas. A Diretoria de Compliance é responsável por garantir a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, bem como por promover a conscientização dos colaboradores sobre os riscos de fraude. A Companhia também possui um canal de denúncia anônima para que os colaboradores possam reportar possíveis irregularidades sem sofrer retaliações. A Diretoria de Compliance realiza treinamentos regulares para os colaboradores, abordando os riscos de fraude e as medidas preventivas. A Companhia mantém uma comunicação aberta com os stakeholders, incluindo os investidores, sobre os riscos de fraude e as medidas preventivas adotadas.

46. Risco de capital: A Companhia possui procedimentos para a identificação, prevenção e resposta a riscos de capital, incluindo a implementação de controles